



1º Simulado

TJ RJ

**Técnico de Atividade Judiciária
Pós-Edital**

Simulado

TJ-RJ Técnico de atividade Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJ-RJ.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-23-10>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo / Luiz Felipe

O que vamos deixar para nossos filhos

F. tem vinte anos. Na sexta-feira, saiu às nove horas da noite para encontrar alguns amigos em um barzinho. Após acomodarem-se em torno de uma mesa, iniciaram aquelas conversas animadas e exaltadas que mantemos quando guardamos ainda ilusões e sonhos e a vida nos parece o oceano visto da praia, que, embora nos cause temor, ansiamos por desbravá-lo. Em um determinado momento, F. deu falta de sua bolsa e seu universo desequilibrou-se. Roubaram o telefone celular, documentos, cartões de crédito e de débito – mas principalmente turvaram-lhe a vívida confiança em seus semelhantes. Quando chegou em casa, os familiares respiraram aliviados, constatando que F. tinha tido “sorte”, porque fora “apenas” roubada... já que ela poderia ter sido agredida, violentada, morta...

O Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, uma organização não-governamental mexicana, divulgou no final de janeiro uma lista que demonstra a areia movediça em que estamos afundando: o Brasil possui 21 das 50 cidades mais violentas do mundo. São dados estatísticos, portanto indiscutíveis, que aferem o número de homicídios por 100 mil habitantes em municípios com população acima de 300 mil habitantes. Em termos absolutos, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS): de cada 100 assassinatos ocorridos no mundo, 13 acontecem no Brasil. Em 2014, 56 mil pessoas perderam a vida – 29 casos por 100 mil habitantes, mais de quatro vezes a média mundial, de 6,9 mortes.

Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades. A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país. Em 2014, o município de Caracaraí (RR), de 19 mil habitantes, teve o triste privilégio de ser eleito o mais violento do Brasil – lá foram constatados 40 homicídios naquele ano, o que equivale a um índice de 210 assassinatos por 100 mil habitantes, sete vezes mais alto que a já altíssima média brasileira. Antes de Fortaleza, primeira no mapa da violência das cidades com mais de 300 mil habitantes, aparecem pelo menos 150 municípios pequenos e médios espalhados por todas as regiões do país.

Nós, brasileiros, temos cada vez mais mostrado nosso descompromisso com a coletividade. Ao invés de tentar solucionar conjuntamente os graves problemas que vão surgindo – e que já são inúmeros – preferimos tomar atitudes individualistas que salvem o pequeno núcleo a que pertencemos. Se a violência nos ameaça, construímos prédios. Se os prédios não são seguros, colocamos seguranças. Se eles não dão conta, estendemos cercas

elétricas. Se nem isso resolve, mudamo-nos para condomínios fechados, isolamo-nos do mundo, e fingimos que estamos protegidos.

O *Institut of Economics and Peace* avalia que a violência no Brasil custa por ano cerca de 765 bilhões de reais em despesas com o sistema de saúde, aparato de segurança pública e a máquina do Judiciário, o que equivale a 8% do PIB nacional. Mas, para além de razões econômicas, o maior custo da violência é sem dúvida, por um lado, a perda de qualidade de vida, e por outro a amargura que nos intoxica. Eu sinto vergonha e frustração por legar a meus filhos um país deteriorado socialmente – um lugar onde o maior objetivo é tentar chegar vivo em casa ao fim de um dia de trabalho.

(Luiz Ruffato. Opinião - El país. ADAPTADO)

01. Os dados apresentados pelo autor do texto I

- opõem-se à situação apresentada no primeiro parágrafo.
- corroboram a opinião internacional a respeito da violência no Brasil.
- são apresentados de maneira objetiva e impessoal.
- refletem o cenário apresentado no trecho narrativo do texto.
- vão de encontro à percepção do autor no que tange à realidade brasileira.

02. Sabendo que o texto poderia ser classificado como predominantemente argumentativo, assinale o trecho que melhor exemplifica essa classificação:

- a) "Após acomodarem-se em torno de uma mesa, iniciaram aquelas conversas animadas e exaltadas que mantemos quando guardamos ainda ilusões e sonhos e a vida nos parece o oceano visto da praia..." (1º parágrafo)
- b) "Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades. A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país. Em 2014, o município de Caracaráí (RR), de 19 mil habitantes, teve o triste privilégio de ser eleito o mais violento do Brasil". (3º parágrafo)
- c) "O *Institut of Economics and Peace* avalia que a violência no Brasil custa por ano cerca de 765 bilhões de reais em despesas com o sistema de saúde, aparato de segurança pública e a máquina do Judiciário, o que equivale a 8% do PIB nacional". (5º parágrafo)
- d) "Quando chegou em casa, os familiares respiraram aliviados, constatando que F. tivera "sorte", porque fora "apenas" roubada... já que ela poderia ter sido agredida, violentada, morta..." (1º parágrafo)
- e) "Antes de Fortaleza, primeira no mapa da violência das cidades com mais de 300 mil habitantes, aparecem pelo menos 150 municípios pequenos e médios espalhados por todas as regiões do país." (3º parágrafo)

03. No segundo parágrafo do texto I, os dois pontos foram utilizados

- a) para inserir um discurso direto não pertencente ao autor.
- b) para iniciar uma enumeração relacionada à lista divulgada.
- c) para introduzir um exemplo que esclarece a informação dada.
- d) para sinalizar a elipse de um conectivo explicativo.
- e) para introduzir um trecho que explicita a informação dada anteriormente.

04. Mantendo-se o sentido original do texto I, a locução verbal "tinha tido" (final do primeiro parágrafo) poderia ser corretamente substituída pela forma verbal

- a) tivera
- b) teve
- c) tem
- d) tenha
- e) teria

05. A relação existente entre os períodos "Infelizmente, a violência não se limita às grandes cidades" e "A selvageria se espalha como uma metástase cancerígena, atingindo até os mais distantes rincões do país." (3º parágrafo) poderia ser explicitada por um conectivo

- a) conclusivo
- b) adversativo
- c) condicional
- d) explicativo
- e) causal

06. O vocábulo destacado em "até os mais distantes rincões do país" (3º parágrafo) poderia ser corretamente substituído por

- a) recantos
- b) esconderijos
- c) cidades
- d) desertos
- e) quarteirões

TEXTO II**Ficar desempregado é melhor do que sofrer no trabalho**

Estudo feito com 7155 pessoas revela: para quem tem um emprego ruim, a rua traz mais felicidade do que o escritório.

Fernando Badô e Bruno Cagattoni

Sabe aquele seu vizinho que não trabalha, mas vive sorrindo? A explicação pode estar num estudo realizado por cientistas australianos, que acompanharam 7155 homens e mulheres entre 20 e 55 anos de idade e concluíram: ficar desempregado, seja por vontade própria, seja por demissão, pode aumentar o nível de felicidade das pessoas.

Ao longo de 7 anos, os pesquisadores aplicaram questionários para medir o grau de felicidade dos voluntários, cujos empregos também foram analisados em 4 aspectos: nível de desafio, grau de autonomia, salário e perspectivas de carreira. O objetivo era determinar quais empregos eram bons ou ruins.

As pessoas que estavam trabalhando, em bons empregos, eram sempre as mais felizes - marcando em média 75,1 pontos na escala criada pelos cientistas. Em seguida vinham os desempregados e os trabalhadores com empregos ruins, ambos com 68,5 pontos. Empate. Então desemprego é a mesma coisa que emprego ruim, certo?

Errado: o desemprego é melhor. Ao longo do estudo, quem trocou o desemprego por um emprego ruim viu sua felicidade cair ainda mais, perdendo 6 pontos a cada ano. Já quem continuou sem fazer nada perdeu apenas 1 ponto.

Concluindo: embora seja ruim ficar sem emprego, sofrer no trabalho é ainda pior. "O emprego ruim faz a pessoa perder saúde mental", diz Peter Butterworth, psiquiatra da Universidade Nacional da Austrália e coordenador da pesquisa.

[Super Interessante, n. 294, p. 22, agosto de 2011. ADAPTADO]

07. Conforme as informações do texto

- a) Quanto mais autônomo o trabalhador, mais satisfeito ele estará com seu emprego.
- b) A pesquisa foi realizada por amostragem com trabalhadores australianos.
- c) As pessoas que trabalham são sempre mais felizes em comparação aos desempregados.

- d) Ficar desempregado pode ser tão prejudicial à saúde quanto ter um emprego ruim.
- e) Os desempregados e os que sofrem com empregos ruins apresentaram queda de felicidade.

08. O texto II é predominantemente

- a) injuntivo
- b) expositivo
- c) descritivo
- d) argumentativo
- e) narrativo

09. No trecho "embora seja ruim ficar sem emprego, sofrer no trabalho é ainda pior" (último parágrafo do texto II), a conjunção "embora" expressa o mesmo que

- a) portanto
- b) porquanto
- c) conquanto
- d) entretanto
- e) contudo

10. Em relação ao trecho " que acompanharam 7155 homens e mulheres entre 20 e 55 anos de idade" (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) a forma verbal "acompanharam" deveria estar no singular.
- b) o pronome relativo "que" faz referência a "estudo".
- c) a forma verbal "acompanharam" poderia ser corretamente substituída por "acompanhou"
- d) o vocábulo "que" introduz uma oração com valor restritivo.
- e) a vírgula antes do vocábulo "que" poderia ser suprimida sem alteração de sentido.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

11. Conforme a Lei nº 6.956/2015 (LODERJ), a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, marque a alternativa incorreta.

- a) Entre os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro há o tribunal pleno e os Juizados do Torcedor e Grandes Eventos.
- b) Todas as decisões judiciais e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro deverão ser motivadas e os julgamentos públicos, ressalvadas as exceções previstas na Constituição Estadual.
- c) Os juízes substitutos terão exercício pleno nas regiões judiciárias, ressalvada a Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.
- d) Cada Comarca compreenderá um ou mais municípios, desde que contíguos. Além disso, as regiões judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.
- e) Compõem a Administração Superior do Tribunal de Justiça o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça e os três Vice-Presidentes, eleitos em votação secreta pelos membros do Tribunal de Justiça na forma do Regimento Interno.

12. Conforme a Lei nº 6.956/2015 (LODERJ), a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, marque a alternativa correta:

- a) Compete, exclusivamente ao Tribunal Pleno eleger os membros da Administração Superior do Tribunal de Justiça, na forma prevista no Regimento Interno, além de eleger 12 membros do Órgão Especial e seus respectivos suplentes.
- b) É vedado que as eleições no Tribunal Pleno ocorram mediante processo eletrônico
- c) Os Desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura permanecerão no desempenho da função judicante, e, exceto quando afastados do respectivo exercício, poderão exercer as funções do Conselho.
- d) O Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de vinte

e cinco desembargadores, sendo 12 (doze) vagas preenchidas por antiguidade e 13 (treze) por eleição.

e) Os Tribunais do Júri têm competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida e conexos.

13. Com base na Lei Estadual nº 4.620/2005, marque a assertiva incorreta:

- a) É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.
- b) O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de oitenta por cento, exclusivamente, para os serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- c) A jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei será fixada em Regulamento, respeitada a prestação de 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, observada a legislação federal específica.
- d) O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na medida em que se der a vacância dos cargos, observado o percentual ideal de vagas estabelecido na Lei.
- e) O regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estende-se ao ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e aos servidores públicos de outros órgãos que estejam à disposição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

14. Indivíduo que auxilia pessoa com deficiência para que essa possa atravessar com tranquilidade pela rua, ou para que possa se dirigir a um terminal de autoatendimento, é legalmente denominada

- a) assistente.
- b) cuidador.
- c) zelador.
- d) acompanhante.
- e) atendente pessoal.

15. Iniciam percurso usando de transporte público coletivo os seguintes indivíduos: Joana, de 55 anos; João, junto de seu filho Pedro que tem 1 ano e 6 meses; Paula, que é obesa e está grávida; Vivian, lactante.

Nessa situação hipotética, considerando-se a Lei nº 10.048/2000, a empresa concessionária de transporte coletivo deverá garantir assentos, devidamente identificados, somente para

- a) Joana, já aposentada, João e Vivian.
- b) Paula e Vivian.
- c) João e Vivian.
- d) Joana, João e Paula.
- e) João, Paula e Vivian.

16. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados, destinados ao uso coletivo, deve ser observado o seguinte requisito de acessibilidade:

- a) pelo menos dois dos acessos ao interior da edificação deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- b) pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade, dispensada tal rota para fins de comunicação interna da edificação.

c) os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível em cada sala, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

d) os edifícios deverão dispor, no máximo, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

e) os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

17. No que se refere à ética no serviço público, assinale a alternativa correta:

- a) A ética se ocupa dos hábitos e costumes de determinados grupos sociais, possuindo caráter temporário e mutável.
- b) Para a ética finalista, o comportamento humano é movido por uma força, pautando-se naquilo que move a conduta humana.
- c) A moral consiste em ramo da filosofia que tem por objetivo o estudo da ética.
- d) A moralidade administrativa, dada sua conotação subjetiva, depende das convicções e concepções pessoais do agente público, razão pela qual não possui dimensão jurídica.
- e) A ética, em geral considerada imutável e permanente, consiste no ramo da filosofia que estuda a moral, enquanto conjunto de valores e princípios de determinado indivíduo ou sociedade.

18. Assinale a alternativa INCORRETA, tomando por base o Código de Ética e Conduta da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estabelecido pelo Provimento CGJ 32/2021:

- a) É vedado ao destinatário do Código de Ética manifestar para o público interno ou externo divergências de opinião de cunho técnico, que denotem desacordo entre seus agentes públicos, no desempenho de suas funções laborais.
- b) É vedado ao destinatário do Código de Ética expor negativamente seus colegas de trabalho e magistrados nas redes sociais.
- c) Veda-se que o destinatário do Código de Ética mantenha sob subordinação hierárquica direta, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.
- d) É vedado ao destinatário do Código de Ética divulgar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos no exercício de suas atividades.
- e) É vedado ao destinatário do Código de Ética deixar, injustificadamente, qualquer pessoa à espera de solução na unidade em que exerça suas funções, ocasionando a formação de longas filas, ou de outra espécie de atraso na prestação do serviço.

19. Considerando o que dispõe a Lei 8.429/1992, em sua atual redação, trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) frustrar a licitude de procedimento licitatório.
- b) facilitar a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.
- c) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais.
- d) retardar, indevidamente, ato de ofício.
- e) transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de educação sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.

20. Assinale, à luz do disposto na Lei federal 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a sanção que NÃO pode ser aplicada em decorrência da responsabilização judicial de pessoas jurídicas:

- a) perda dos bens, direitos e valores decorrentes da infração.
- b) suspensão ou interdição parcial das atividades da pessoa jurídica.
- c) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- d) proibição de receber subsídios, doações ou empréstimos de entes públicos pelo prazo mínimo de um e máximo de cinco anos.
- e) multa.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

21. Ao tratarmos de uma sociedade anônima, cuja criação foi autorizada por lei, em que o Estado detém a maioria de suas ações, é correto afirmar que esse ente

- a) possui personalidade jurídica de direito privado e tem a finalidade exclusiva de prestar serviço público.
- b) constitui uma forma de empresa pública, sob o controle do Estado, regida pelo direito privado, como parte integrante da Administração Pública.
- c) possui servidores que não se encontram submetidos à vedação de acúmulo remunerado de cargos, empregos e funções.
- d) dispensa o procedimento de licitação para contratação de obras, compras e serviços, uma vez que possuem personalidade de direito privado.
- e) não poderia ter adotado uma outra forma de modalidade societária.

22. Preencha corretamente a lacuna:

Ocorre a chamada _____ quando se distribuem competências administrativas a órgãos integrantes de um mesmo ente político.

- a) Centralização concentrada.
- b) Descentralização desconcentrada.
- c) Centralização desconcentrada.
- d) Descentralização concentrada.
- e) Descentralização por colaboração.

23. Acerca do uso e abuso dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) O poder de polícia é de aplicação interna na Administração Pública, refletindo o poder de aplicar sanções disciplinares.
- b) É com base no poder hierárquico que a administração aplica sanções aos servidores públicos.
- c) Uma das formas de abuso de poder é o excesso de poder, pelo qual o agente público pratica ato que, embora de sua competência, possui finalidade estranha ao interesse público.
- d) A aplicação de penalidade de advertência a um servidor que praticou uma infração funcional é um exemplo de poder disciplinar da Administração Pública.
- e) Com base no poder regulamentar, o administrador poderá instituir direitos e obrigações.

24. Acerca do controle judicial dos atos praticados pela Administração Pública, considere os seguintes itens.

I - A teoria dos motivos determinantes sustenta que a apreciação judicial dos motivos apresentados como justificadores de um ato administrativo não caracteriza invasão do juízo discricionário do poder executivo.

II - Caso a Administração pratique um ato administrativo discricionário que tenha sido expedido em desacordo com o princípio da moralidade e da proporcionalidade, não será cabível o controle judicial desse ato, tendo em vista o Princípio da Tripartição de Poderes.

III - A coisa julgada administrativa impede a revisão judicial da decisão proferida.

IV - O controle judicial, em alguns casos, pode ser realizado de forma preventiva, precedendo a edição do ato eivado de vício.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) I e IV.

25. A administração pública pode convalidar atos administrativos que contenham defeitos passíveis de saneamento. Assinale a alternativa que apresenta um elemento cujo vício, seria, como regra, considerado sanável.

- a) Motivo.
- b) Conteúdo.
- c) Sujeito
- d) Fundamento.
- e) Finalidade.

26. Conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, será inexigível a licitação

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- c) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- e) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

27. Conforme a doutrina e jurisprudência dominantes no Direito Brasileiro, a Responsabilidade Civil do Estado é subjetiva em caso de:

- a) dano ambiental.
- b) conduta omissiva.
- c) conduta comissiva.
- d) danos nucleares.
- e) danos sofridos por detentos.

28. As disposições gerais da Lei 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, não são aplicáveis para
- a) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
 - b) os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário dos Estados.
 - c) os fundos especiais.
 - d) as entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.
 - e) os órgãos dos Poderes Legislativo dos Municípios.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.
- a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.
 - b) As terras devolutas são bens da União.
 - c) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.
 - d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.
 - e) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

30. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.
- a) Superior Tribunal de Justiça.
 - b) Supremo Tribunal Federal.
 - c) Juiz Federal.
 - d) Tribunal Regional Federal.
 - e) Tribunal de Justiça do Paraná.

31. O estado do Rio de Janeiro legislou e concedeu aos jovens de até 21 anos de idade a “meia entrada” em eventos culturais, isto é, o desconto de 50% no valor do ingresso para shows, cinemas e teatros. A respeito do assunto, conforme fixado pela Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a lei estadual é
- a) inconstitucional, por invadir a competência da União para legislar sobre contratos.
 - b) constitucional, uma vez que compete aos estados legislar sobre normas específicas do direito econômico.
 - c) constitucional, porque é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro.
 - d) inconstitucional, pois o Rio de Janeiro apenas poderia legislar sobre o assunto se tivesse lei complementar federal delegando aos estados a competência para dispor sobre a matéria.
 - e) constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre direito econômico e financeiro.

32. Indique a alternativa que contenha competência do Congresso Nacional exercida sem a sanção presidencial.

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- c) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- e) concessão de anistia.

33. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva INCORRETA.

- a) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- b) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- d) Juízes não podem exercer atividade político-partidária.
- e) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.

34. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Rio de Janeiro tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

35. A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios, exceto:

- a) concessão de asilo político.
- b) independência nacional.
- c) não-intervenção.
- d) dignidade da pessoa humana.
- e) autodeterminação dos povos.

36. O Sindicato de Servidores do Poder Judiciário do estado de Rondônia ajuizou ação anulatória de ato administrativo praticado pelo Conselho Nacional de Justiça. Consoante redação da Constituição Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal, a competência para processar e julgar a ação anulatória é

- a) de juiz federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do Tribunal de Justiça de Goiás.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) de Juiz do Trabalho.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. O processo pode ser suspenso por convenção das partes. Nesse caso, a suspensão não poderá exceder a:

- a) um mês.
- b) três meses.
- c) seis meses.
- d) cem dias.
- e) um ano.

38. Sobre a aplicação da norma processual, é correto afirmar que:

- a) a norma processual retroagirá se for mais benéfica para as partes.
- b) a norma processual se aplica imediatamente aos processos em curso.
- c) situações jurídicas consolidadas serão prejudicadas com o advento de nova norma processual.
- d) a norma processual não retroage, mas os atos processuais praticados sob a vigência da norma revogada são reputados ineficazes.
- e) a norma processual se aplica apenas em relação aos processos que forem propostos a partir da data da sua vigência.

39. Sobre honorários advocatícios, assinale a alternativa correta:

- a) os honorários devem ser fixados com atenção para o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço e o arbítrio judicial.
- b) quando a Fazenda Pública for parte no processo, os honorários serão fixados com observância dos limites mencionados no CPC/2015 de acordo com o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- c) nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou se o valor da causa for muito baixo, o juiz sempre deverá aplicar o percentual máximo para a fixação de honorários.

d) os honorários constituem direito da parte e têm natureza alimentar.

e) quando a decisão transitada em julgada for omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, ocorrerá a decadência do direito aos honorários.

40. Caio adquiriu um imóvel de Tício na cidade de Guaratinguetá. Poucos meses após tomar posse do imóvel, Caio se viu surpreendido com uma citação em ação proposta por César. A ação dizia respeito à propriedade do imóvel. O advogado de Caio analisou o processo e concluiu que era extremamente provável que Caio saísse prejudicado da ação. No entanto, o advogado informou a Caio que seria possível se ressarcir dos prejuízos em face de Tício, pois o nosso direito reconhece o instituto da evicção, pelo qual o adquirente do bem tem direito a se ressarcir em face do alienante. O advogado lhe informou ainda que esse direito poderia ser exercido na mesma ação proposta por César, desde que Caio promova o seguinte instituto processual:

- a) convocação de Tício para ser litisconsorte.
- b) convocação de Tício para ser assistente da ação.
- c) denunciação da lide em face de Tício.
- d) chamamento de Tício ao processo.
- e) oposição em face de Tício.

41. A respeito dos atos processuais, conforme regulamentação do CPC/2015, podemos afirmar corretamente que:

- a) documentos escritos em língua estrangeira podem ser utilizados como prova, desde que o juiz conheça a respectiva língua.
- b) as execuções de título extrajudicial tramitam em sigilo.
- c) os atos e termos processuais dependem de forma determinada, considerando-se inválidos os que forem realizados de outro modo.
- d) é possível a fixação de calendário processual de comum acordo entre as partes e o juiz.
- e) convenções sobre a prática de atos judiciais dependem de confirmação pelo juiz, sob pena de serem reputadas inexistentes.

42. Sobre tutela provisória, é correto afirmar que:

- a) a tutela de evidência só pode ser concedida em caráter incidental.
- b) a tutela provisória requerida em caráter antecedente não depende do pagamento de custas.
- c) a tutela provisória só permanece em vigor até a manifestação da parte contrária, quando concedida de forma liminar.
- d) para a concessão de tutela provisória de urgência, basta a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- e) nos processos de competência originária de Tribunal, a tutela provisória deve ser requerida ao juiz de primeiro grau do local de cumprimento da obrigação, se a tutela for antecedente.

43. Samanta é advogada de um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após julgamento pelo órgão colegiado desfavorável ao seu cliente, Samanta interpôs recurso extraordinário em face da decisão. O recurso foi admitido por um dos Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e remetido ao Supremo Tribunal Federal. Já no Supremo, o presidente do Tribunal proferiu decisão entendendo, de plano, que o recurso era inadmissível pois seria necessário o exame da legislação infraconstitucional para o julgamento. Samanta, para defender o interesse do seu cliente, deverá interpor o seguinte recurso, desconsiderados os embargos de declaração:

- a) agravo interno.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo em recurso extraordinário.
- d) reclamação.
- e) embargos de divergência.

44. Na ação popular, o prazo de contestação é de:

- a) 15 dias, improrrogáveis.
- b) 15 dias, prorrogáveis por mais 15.
- c) 20 dias, improrrogáveis.
- d) 20 dias, prorrogáveis por mais 20.
- e) 30 dias, improrrogáveis.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. São características do Inquérito Policial, exceto:

- a) Escrito.
- b) Oficioso.
- c) Sigiloso.
- d) Disponível.
- e) Inquisitivo.

46. Em relação aos procedimentos adotados pelo Tribunal de Júri, assinale a alternativa correta.

- I- Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
 - II- O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço.
 - III- Estão isentos do serviço do Júri os cidadãos maiores de 70 anos que requeiram sua dispensa.
- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas o item III está correto.
 - c) Os itens I e II estão corretos.
 - d) Os itens II e III estão corretos.
 - e) Todos os itens estão corretos.

47. No dia 20/03/2021, Tício sofre difamação, no entanto, antes de ajuizar a ação contra o autor, veio a falecer no dia 25/08/2021. Tício possuía apenas um filho, de um relacionamento anterior, chamado Caio, que era maior e capaz. Além disso, Tício vivia em união estável reconhecida com Ana e era filho único, possuindo como parente próximo seu pai. Nessa situação hipotética, o ajuizamento de ação pelo crime de difamação:

- a) não poderá ser realizada por ninguém, tendo em vista o falecimento de Tício.
- b) poderá ser promovida por Caio, o qual terá prioridade entre o pai de Tício e Ana.
- c) poderá ser promovida pelo Ministério Público.
- d) somente ser promovida pelo pai de Tício.
- e) poderá ser promovida por Ana, a qual terá prioridade entre o pai de Tício e Caio.

48. No que tange as citações e intimações, é correto afirmar que:

- a) É inadmissível a intimação por despacho na petição em que for requerida, qualquer que seja o caso.
- b) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias.
- c) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente será pessoal.
- d) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta precatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- e) Não sendo encontrado o acusado, será procedida a citação por hora certa.

49. Em relação ao *Habeas corpus* e a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, assinale a assertiva **incorreta**.

- a) O *habeas corpus* pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica.
- b) Admite-se a reiteração do pedido formulado em *habeas corpus* com base em fatos ou fundamentos novos.
- c) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.
- d) Não cabe o *habeas corpus* contra a prisão administrativa, atual ou iminente, dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à Fazenda Pública, alcançados ou omissos em fazer o seu recolhimento nos prazos legais, salvo se o pedido for acompanhado de prova de quitação ou de depósito do alcance verificado, ou se a prisão exceder o prazo legal.
- e) É cabível *habeas corpus* preventivo quando há fundado receio de ocorrência de ofensa iminente à liberdade de locomoção.

50. A respeito da liberdade provisória, é correto afirmar:

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a três anos.
- b) A fiança não poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.
- c) A fiança, que será sempre definitiva, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.
- d) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de sete dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.
- e) Será concedida fiança em caso de prisão militar.

51. Acerca das disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, julgue os itens a seguir e assinale a opção verdadeira.

- I - A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
 - II - O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada apenas a assistência da família e de advogado.
 - III - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de guerra declarada.
- a) Apenas o item I está correto.
 - b) Apenas o item III está correto.
 - c) Os itens I e II estão corretos
 - c) Os itens II e III estão corretos.
 - d) Todos os itens estão corretos.

52. Segundo o Código de Processo Penal, a respeito do processo comum, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento comum sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior ou igual a 4 anos de pena privativa de liberdade.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 dias.
- c) Na instrução poderão ser inquiridas até 5 testemunhas arroladas pela acusação e 5 pela defesa.
- d) O juiz deverá absolver sumariamente se verificar que o acusado é comprovadamente inimputável.
- e) A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Diretor da Escola da Magistratura tomará posse perante

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Conselho da Magistratura
- d) Presidente do Tribunal
- e) Corregedoria-Geral de Justiça

54. Compete ao Órgão Especial processar e julgar, originariamente, diversas autoridades nos crimes de comuns, exceto

- a) Vice-Governador
- b) Deputados Estaduais
- c) Juízes Estaduais
- d) Governador do Estado
- e) Secretários de Estado

55. Segundo a consolidação normativa judicial, o termo de conclusão mencionará, exceto

- a) nome do juiz
- b) nome do membro do ministério público
- c) data
- d) número do feito
- e) nome, assinatura e matrícula do servidor

56. Pedro precisa expedir uma comunicação interna entre os agentes da Administração do Tribunal. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, Pedro expedirá um (a)

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

57. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome do instrumento destinado a reunir informações acerca de informativos (software), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos que, por razões de ordem prática ou técnica, devam permanecer em separado da rotina administrativa

- a) parecer
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

58. Ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, os livros serão formados por

- a) 100 folhas.
- b) 150 folhas.
- c) 250 folhas.
- d) 300 folhas.
- e) 350 folhas.

59. Pedro recém ingressou no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Nos primeiros dias estava bem animado e ansioso com os desafios vindouros.

Em determinado dia estava atendendo no balcão e um advogado o pressionou para o recebimento de determinadas custas para a prática de determinado ato judicial não urgente, pois o expediente bancário já tinha encerrado.

Pedro, sabendo que os atos só podem ser praticados após o devido recolhimento, recebeu a quantia de R\$ 87,00 referente ao ato a ser praticado.

Nesse contexto, segundo a Consolidação Normativa Judicial, Pedro

- a) agiu corretamente
- b) deveria ter antes ter solicitado autorização do Chefe de Serventia.
- c) poderia ter recebido apenas se fossem custas judiciais.
- d) poderia ter recebido apenas se fossem emolumentos.
- e) poderia ter recebido apenas se houvesse expressa determinação legal.

60. As inspeções constituem a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade.

Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção que não indica um dos legitimados a determinar ou solicitar as inspeções.

- a) Corregedor-Geral da Justiça.
- b) Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) Juiz de Direito Dirigente do NUR.
- d) Presidente do Tribunal de Justiça.
- e) Chefe de Serventia do serviço.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-23-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Concursos